

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

ATA Nº. 3/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16-12-2020

---Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório Municipal de Olhão, em Olhão, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação da ata;-----
2. Período de antes da ordem do dia;-----
3. Moções;-----
4. Informação do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da actividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
5. Grandes Opções do Plano, Orçamento, Plano de Recrutamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2021;-----
6. Proposta – Despesas plurianuais;-----
7. Nomeação de auditor Externo.-----

---Compareceram os seguintes deputados:-----

---Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS), José António Teixeira Pinheiro Moreira (PS), Abílio Frade da Encarnação (PSD), Manuel Alberto Santinhos Cristo (PS), José Luís Afonso Domingos (PS), Ilda Maria Lita Pereira Silva (PS), Carlos Alberto (PS), Pedro Gonçalo Custódio Valente (CDS), Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira (BE), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Luís Filipe Vieira Dias em substituição de Joaquim José Martins Cabrita (PSD), Sofia Alexandra Espada Gregório (PS), Paulo José Dias Morgado (PS), José Manuel Freire de Oliveira (CDU), Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (PS), Margarida Maurício Correia (PAN), Hugo Miguel Guerreiro Nunes (PS), Rosana Durão em substituição de Joaquim dos Santos Vairinhos (PS), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista (PS),

João Luís Calçada Correia (PS), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), José Armando Vicente Ramos Lopes (PSD), João Luís Relvas Henrique Charrão (PS), Carlos Manuel Parente da Silva (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), Catarina Andreia da Conceição Nunes do Poço (PS), José Manuel Figueredo Santos (PS), Joaquim Manuel das Neves Catarino (PS), Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas (PS) Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira (PSD), Vítor Manuel Sequeira Rodrigues (CDU), João Varela dos Santos em substituição de Marco António Baeta Jónia (CDU), Ana Sofia Belchior da Silva (PS), José Otilio Pires Baia (PS), Maria José Dias da Palma Simão Mestre (PS), Muriel Cristina Dias (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Ana Bela da Conceição Martins (PS), João Manuel Lopes Rodrigues (PSD), António Manuel Cipriano Cabrita (PSD), Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro (PS) e José Estevão da Cruz (CDU) -----

---Estiveram ainda presentes o Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, António Miguel Pina e o Primeiro Secretário, Joaquim José Brandão Pires.-----

---Membros que não estiveram presentes mas apresentaram justificação: Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD).-----

---Membros que não estiveram presentes e não apresentaram justificação: José António Duarte (CDU), Victor Hugo Gregório Palma (CDS), João Manuel Camacho (PSD), Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD), Mário Baião Botelho da Silva (PSD), Anabela Dias Pereira (PS), João Manuel Guerreiro da Conceição (PSD) e Gildásio Martins dos Santos (PSD).-----

---A Mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, Vice-presidente, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas e secretária, Ilda Maria Lita Pereira Silva.-----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão. -----

---Iniciando os trabalhos, o Presidente da Mesa agradeceu a cedência do auditório, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Olhão, dizendo que só um espaço desta dimensão é que tornou possível a realização desta Assembleia, de acordo com todas as regras e orientações impostas pela Direção Geral de Saúde, no combate à pandemia do coronavírus COVID 19. Informou que os procedimentos a adotar eram os mesmos da reunião anterior, ou seja, o distanciamento dos lugares a ocupar, o uso obrigatório de máscara e não haveria manuseamento nem circulação de quaisquer documentos, nomeadamente a lista de presenças e respectiva senha. Esclareceu que iria ser feita a

chamada e confirmada a presença dos membros desta Assembleia e que as senhas de presença seriam enviadas posteriormente aos presentes, por correio electrónico, para seu preenchimento e respectiva devolução aos serviços do Núcleo de Apoio à Assembleia.-----

A Assembleia Intermunicipal concordou com a metodologia proposta pela Mesa.-----

Seguidamente fez um agradecimento público ao seu antecessor, Professor Doutor Adriano Pimpão, enaltecendo o seu espírito de missão e de serviço público, revelados ao longo da sua vida académica, cívica e política; a sua elevada competência, dedicação e saber postos no exercício desta função e a dignidade com que sempre soube dirigir a Assembleia, no mais escrupuloso respeito pelas regras democráticas, merecendo por isso o profundo respeito de todos os seus pares.-----

Agradeceu a todos os deputados presentes a confiança que nele depositaram para, a partir de então, dirigir os trabalhos desta Assembleia.-----

--- **1º - Aprovação de ata:-** Colocada à votação a ata da sessão anterior, a mesma foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão.-----

--- **2º - Período de antes da ordem do dia:-** Não tendo havido inscrições neste ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia passou à discussão do ponto seguinte.-----

--- **3º - Moções:-** O Presidente da Mesa informou que deram entrada nos serviços desta Assembleia, no período regimentalmente previsto e pela ordem abaixo descritos, os seguintes documentos, para discussão e votação nesta Assembleia:-----

---**Moção da CDU, intitulada “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”,** documento número um, apenso à ata. Apenas se registou as intervenções dos deputados Augusto Taveira e José Graça, os quais se manifestaram favoráveis à atribuição deste subsídio. De imediato foi colocada à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade.-----

---**Moção do BE, intitulada “Resgate da concessão e requalificação da EN125 entre Olhão e Vila Real de Santo António”,** documento número dois, apenso à ata.-----

---Após a leitura da Moção pelo senhor deputado Augusto Taveira, o Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL interveio para prestar alguns esclarecimentos sobre este assunto. Iniciando a sua intervenção, felicitou o Presidente da Mesa pela sua recente investidura neste cargo e ao seu antecessor, Professor doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão, apresentou cumprimentos e votos de continuação da sua presença em atos de cidadania, na região. Quanto ao assunto da moção, esclareceu que apenas existe um contrato assinado pelo Tribunal de Contas, uma vez que o segundo apresentado mais

tarde, não foi validado por esta entidade, dado ter sido apresentada uma queixa, pela empresa concessionária da obra no sentido de ter havido incumprimento do mesmo, nas obras na EN 125, entre os Municípios de Olhão a VRSA.-----

Colocada à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.-----


- **Recomendação do BE, intitulada “Apoio aos empresários do Algarve no tipo de consumo de água”**, documento número três, apenso à ata. O proponente da proposta senhor Pedro Mota, cumprimentou o Presidente da Mesa pela sua eleição, e fez breves comentários sobre a recomendação apresentada pela bancada do partido político que representa. De imediato, não tendo havido mais intervenções a registar, a Assembleia passou à votação, tendo a Recomendação sido aprovada por unanimidade.-----

- **Moção do PAN, Intitulada “Impedir a destruição da zona húmida das Lagoas Brancas em Lagoa”**, documento número quatro, apenso à ata. A deputada Margarida Maurício, apresentou cumprimentos ao actual Presidente da Assembleia, pela sua eleição e passou à leitura da Moção.-----

--Pedindo a palavra para prestar um esclarecimento à Assembleia, o Presidente do Conselho Intermunicipal chamou a atenção para o facto dos deputados intermunicipais estarem a trazer assuntos para debate e discussão neste órgão, que ultrapassam a sua competência, lembrando que aqui deverão ser discutidos apenas temas regionais e intermunicipais, pois trata-se de um órgão da Comunidade Intermunicipal do Algarve.-----

---O senhor Luís Pedro Ribeiro, deputado da Assembleia Municipal de Lagoa, felicitou o Presidente da Mesa, pela sua recente eleição e concordando com as palavras do Presidente do Conselho Intermunicipal, proferidas sobre esta moção, informou que este assunto foi presente e discutido também na Assembleia Municipal de Lagoa. Esclareceu que as lagoas que tiveram na origem do concelho de Lagoa, são as Lagoas Brancas que estão protegidas em sede de PDM e não são as lagoas que nesta moção se fala. Estas lagoas são outras, que estão em terrenos particulares, onde se concentram águas inquinadas, poças de águas fluviais que concentram mosquitos causadores de alguns problemas de saúde pública e nas quais a Câmara Municipal, constantemente, é chamada a intervir na sua limpeza.-----

---Intervindo o deputado Paulo Freitas saudou o Presidente da Mesa pela sua eleição para o cargo actual nesta assembleia e comentou que em relação à moção, irá abster-se por considerar que este assunto, até poderia ser importante a sua discussão, contudo está fora do âmbito das competências desta Assembleia.-----



---Também os deputados Carlos Alberto, José Figueiredo, Leonardo Paço e José Estevão da Cruz intervieram tendo sido unânimes em afirmar que o assunto até pode merecer alguma atenção, contudo ultrapassa as competências desta assembleia e por isso os três primeiros irão votar contra esta moção e o último irá abster-se.-----

---Passando-se à votação desta moção, a mesma foi rejeitada com trinta e cinco votos contra, três votos a favor e nove abstenções.-----

- **Moção do PAN, intitulada “Acesso aos transportes públicos no Algarve para pessoas com mobilidade reduzida”**:- Após leitura efetuada pela deputada da bancada do PAN, a mesma foi colocada à discussão. Não tendo havido qualquer inscrição, a Assembleia passou á sua votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quarenta e cinco votos a favor e uma abstenção.-----

---Ainda sobre este assunto, o Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a AMAL é neste momento a Autoridade de Transportes no Algarve e tem uma concessão de cinco anos, com a empresa que faz os transportes, na qual é exigida que, na aquisição de autocarros novos, a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida seja respeitada.----

---A deputada Maria Helena Batista fez a seguinte declaração de voto “a minha abstenção, não foi por discordar com o conteúdo da moção, mas por achar que o texto final era demasiado genérico e implicava uma obrigação da alteração de todos os transportes públicos, portanto um texto com falta de rigor exige vinculação àquilo que é aprovado e portanto por causa desse texto, abster-me.”

4º- Informação do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve:- A pedido do Presidente do Conselho, o Primeiro Secretário fez uma breve explanação sobre cada uma das actividades desenvolvidas pela AMAL, desde a última sessão da Assembleia até à presente data e que consta do documento enviado a todos os deputados.-----

---A complementar esta informação, o Presidente do Conselho informou que já foi lançado o concurso para a electrificação da linha ferroviária no Sotavento Algarvio e que tem sido intensificados contactos para a ligação ferroviária entre Algarve e Espanha-Andaluzia, no âmbito dos apoios que estão a ser definidos pelo Governo e que se prevê que cheguem ao Algarve, duzentos milhões de euros, da chamada BAZUCA. Disse que serão contempladas verbas a fundo perdido, para projetos de melhoria da eficiência hídrica e combate à falta de água no Algarve entre os quais a ligação de uma captação de água do Guadiana, no Pomarão à barragem de Odeleite, a dessalinização da água do mar e outros

planos a implementar na região para a redução das perdas de água no setor urbano, aumentar a eficiência do setor agrícola, aumentar a capacidade disponível das albufeiras e promover a utilização da água residual tratada. Informou ainda que tem estabelecido contactos com o Ministério da Saúde no sentido da construção do novo hospital central do Algarve e, segundo apurou, o projeto está a ser reavaliado pela Comissão Governamental, com poderes nesta matéria.-----

--O deputado José Calçada Correia solicitou esclarecimento sobre: o projeto Inova Algarve 20 - programa Investalgarve, quanto à sua dotação orçamental, se a comparticipação é de oitenta por cento e qual durabilidade temporal do mesmo; se o Programa Algarve Digital, que contempla dois milhões de euros, englobava só verbas para software ou se tem hardware associado; qual a taxa de crescimento da Central de compras, nos últimos três anos e por último disse que ouviu com bastante agrado, as informações do Presidente da AMAL quanto aos projetos a implementar futuramente, para resolução do problema da água no Algarve, mas opinou que se deverá continuar a lutar pela construção das barragens da Foupana e na ribeira de Monchique, mesmo que o senhor Ministro do Ambiente, Matos Fernandes tenha referido o contrário, aquando da sua visita ao Algarve.--

---O deputado Vítor Rodrigues interveio dizendo que está preocupado com o mau funcionamento da Algar, na recolha do lixo e quanto à resolução do problema da falta de água no Algarve, disse concordar com a construção de barragens para o aproveitamento da água das chuvas, independentemente de outras soluções.-----

---O deputado José Esteves da Cruz questionou o Presidente da AMAL sobre o pacote de competências para as autarquias, anunciadas para o próximo dia um de janeiro, nomeadamente a gestão das áreas marítimas/portuárias e se existiam verbas previstas no Orçamento Geral do Estado, para a sua componente financeira, também a transferir para os municípios.-----

---O senhor Pedro Mota manifestou-se a favor da reutilização da água, da construção de barragens para armazenar a água da chuva e trazida de outras zonas do país, onde exista em abundância. Apelou aos municípios do Algarve que, estudem soluções apelativas na resolução do problema dos caravanistas, por forma a desenvolver também o turismo para a região. Sobre a Algar, disse que deveria passar para a esfera pública e a AMAL deveria agarrar a situação da habitação Social.-----

---O Presidente da AMAL e o Primeiro Secretário prestaram os esclarecimentos solicitados, tendo o primeiro referido que efectivamente as verbas disponíveis no Algarve

Digital, são destinadas apenas a software, sobre a central de compras disse que terá continuidade, tendo em conta a sua importância para as autarquias e deu ainda conhecimentos da várias iniciativas e ações que se tem desenvolvido recentemente, no âmbito do INVESTALGARVE. O senhor Presidente esclareceu que a questão dos portos marítimos não seriam transferidos para os municípios em janeiro e do conhecimento que tem sobre o porto de Olhão, a componente financeira parece não ser um problema para as autarquias, uma vez que geram receitas próprias suficientes para cobrirem as despesas; sobre a problemática da habitação, informou que são da competência também das autarquias e não da AMAL, mas do conhecimento que possuiu, quase todos os municípios têm o seu Plano Municipal de Habitação em face de conclusão. Em relação á questão do autocaravanismo, para além das novas regras do código de estrada, os municípios estão a envidar todos os esforços no sentido de desenvolver estruturas e criar condições a aliciar este tipo de turismo. Contudo, a aquisição de terrenos para este fim não está a ser fácil, uma vez que, fora dos perímetros urbanos, os terrenos são na sua maioria agrícola e a reserva agrícola não autoriza a construção destas infraestruturas.-----

Sobre a Algar esclareceu que, do estudo elaborado pela AMAL, concluiu-se que a Algar neste momento está a praticar preços abaixo do estabelecido para fazer face aos custos, por imposição da Entidade Reguladora, e esta entidade, por sua vez, afirma que esses valores não podem ser superiores. Contudo, esta entidade irá reavaliar de novo a situação e aguarda-se decisão. Disse ainda que os Municípios já equacionaram a hipótese de virem a assumir todo o capital da ALGAR e esta passar definitivamente para a esfera pública. ----

5. Grandes Opções do Plano, Orçamento, Plano de Recrutamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2021: - O Presidente da Mesa da Assembleia propôs, como metodologia de trabalho, que se fizesse, em conjunto, a análise e discussão de todos estes documentos e apenas a votação dos mesmos fosse efetuada separadamente. Não havendo qualquer oposição à proposta, a Mesa considerou a proposta aprovada.-----

Aprovada a proposta, o Primeiro Secretário, a pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal, procedeu à apresentação dos documentos, acima referidos. Informou que, os projetos são basicamente os que estão em curso, com maior destaque aos projetos na área ambiental e formação profissional; o valor das Grandes Opções do Plano é de três milhões, cento e noventa e seis mil e vinte e um euros (3.196.021 euros), e o Orçamento, o seu valor total é de quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e seis euros (4.467.196 euros). Esclareceu que nas receitas estão incluídas verbas do

J S R

FEF, de fundos comunitários, verbas oriundas da participação dos municípios em projetos de interesse comum e nas contribuições mensais, que este ano por proposta do Conselho Intermunicipal, essa contribuição deixou de ser igual para todos e calculada em função de dois critérios, ou seja, ponderação de sessenta por cento (60%) da participação em partes iguais pelos dezasseis Municípios, e de quarenta por cento (40%) de acordo com as receitas próprias de cada um, apurado a partir da conta de gerência de dois mil e dezanove.-----

O senhor deputado Calçada Correia manifestou-se satisfeito com a fórmula agora usada na atribuição da quotização para a AMAL, situação que sempre defendeu e nunca foi acatada.-----

---Também o senhor Carlos Alberto concordou com este novo cálculo das quotizações e comentou que a AMAL podia adquirir o imóvel do Governo Civil para colmatar a falta de espaço físico, para instalar todos os seus trabalhadores.-----

---O senhor Pedro Mota e Vítor Rodrigues comentaram que tendo em conta o aumento significativo dos orçamentos da AMAL, CCDR Algarve e outras entidades regionais, a regionalização torna-se cada vez mais obvia para o Algarve, pelo que sugerem que no próximo ano este assunto seja debatido, seriamente.-----

---Antes de se proceder à votação, foi de novo feita a chamada, tendo-se verificado que estavam presentes na sala quarenta e um deputados, pelo que se mantinha o quórum.-----

---Terminada a discussão destes documentos de gestão apresentados pela AMAL, os mesmos foram colocados à votação, separadamente, tendo obtido os seguintes resultados:-----

---Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, aprovados por maioria, com trinta e cinco votos a favor e seis abstenções;-----

--- Plano de Recrutamento e Mapa de Pessoal para 2021, aprovados por maioria, com trinta e oito votos a favor e três abstenções.-----

6. Proposta – Despesas plurianuais:- A pedido do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário apresentou a proposta do Conselho Intermunicipal, número cinquenta e sete, datada de vinte e três de novembro, relativa à proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de dois mil e vinte e um, nos termos do artigo doze, número um, do Decreto-Lei cento e vinte e sete, de vinte e um de junho, para efeitos do artigo sexto, número um, da alínea c), da Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. Após a devida

análise e discussão da mesma, a Assembleia Intermunicipal procedeu à sua votação, tendo sido aprovada por maioria, com quarenta votos a favor e uma abstenção.-----

7. Nomeação de auditor Externo:- Foi igualmente presente pelo Primeiro Secretário da AMAL a proposta do Conselho Intermunicipal número quarenta e seis, de treze de agosto, com indicação para nomeação do auditor externo para certificar as contas da AMAL, a sociedade Mariquito, Correia & Associados, SROC.-----

---Analisada a referida proposta, foi a mesma votada e aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor e seis abstenções.-----

---O deputado Calçada Correia, recomendou que, para este tipo de prestação de serviços, fossem consultadas as empresas da região.-----

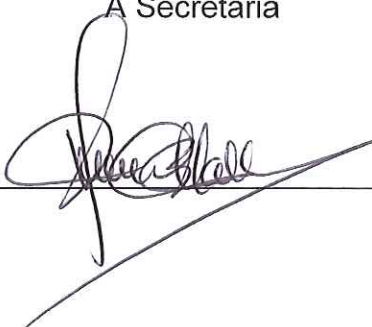
Posto isto, foi colocada para aprovação a minuta das deliberações tomadas, tendo sido aprovadas por unanimidade.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia, declarou encerrada a sessão quando eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito, a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Intermunicipal



A Secretária





aprovado por unanimidade


Moção

Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade

Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação.

Veze sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de



aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos.

Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação directa, a Assembleia Intermunicipal delibera:

1. Instar ao Conselho Intermunicipal a apelar e sensibilizar todas as Câmaras Municipais da região a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade;
2. Saudar os trabalhadores das autarquias pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.

Olhão, 16 de Dezembro 2020

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve



Bloco de Esquerda

1
Doc 2
aprovado por unanimidade

Assembleia Intermunicipal do Algarve

16 de dezembro de 2020

Moção

Resgate da concessão e requalificação da EN125 entre Olhão e Vila Real de Santo António

A requalificação da EN125, prevista desde 2008, está longe de ser uma realidade em toda a extensão da via desde Vila do Bispo a Vila Real de Santo António. No ano de 2012 foi feita uma primeira renegociação do contrato entre a então Estradas de Portugal e a concessionária Rotas do Algarve Litoral, permitindo a execução da obra entre Vila do Bispo e Faro. No entanto, as obras estiveram paradas durante o governo PSD/CDS e só foram concluídas nesses troços nos finais do governo anterior.

Com a renegociação contratual, a concessionária deixou de ter a responsabilidade da requalificação da via entre Olhão e Vila Real de Santo António, que passou para a Infraestruturas de Portugal, assim como de muitas outras obras, com destaque para as variantes de Odiáxere, Olhão, Luz de Tavira e a variante à EN2, entre Faro e S. Brás de Alportel que não foram construídas.

Como se sabe, a EN125 é considerada uma verdadeira “rua urbana” mesmo depois de requalificada numa parte, entre Vila do Bispo e Olhão. Pior ainda é o facto de ainda hoje não se saber quando avançarão as obras entre Olhão e Vila Real de

Santo António. Toda esta situação, agravada com as erradas portagens na Via do Infante que fazem confluir grande parte do trânsito para uma EN125 que fica deveras congestionada, têm provocado elevados prejuízos e muito sofrimento para utentes, empresas e populações.

Além dos grandes prejuízos sociais e económicos, a sinistralidade rodoviária tem disparidade nas estradas da região, principalmente na EN125 com muitas vítimas. A sinistralidade rodoviária na EN125 tem sido potenciada no Sotavento/Algarve, precisamente pela falta de requalificação entre Olhão Nascente e Vila Real de Santo António. Esta parte da via apenas mereceu uma mera requalificação de emergência, a título provisório, antes do verão de 2018 onde foram tapados os buracos mais visíveis, após os protestos de utentes e populações. Havia troços completamente esburacados, bermas numa situação muito lastimável, o que, além de tornar a circulação automóvel muito perigosa em áreas altamente urbanizadas, implicava um desgaste físico e psicológico acrescido, assim como riscos de avarias para os veículos. Estes remendos provisórios estão a degradar-se rapidamente e o que verdadeiramente importa é a requalificação urgente e definitiva da via.

O governo tem justificado o atraso das obras com a falta de visto do Tribunal de Contas, endossando as responsabilidades para o governo PSD/CDS. Para o governo o atraso das obras deve-se à renegociação, muito complexa, da subconcessão Rotas do Algarve Litoral feita pelo governo PSD/CDS, que retirou os troços entre Olhão e Vila Real de Santo António da subconcessionária, gerando uma alteração do contrato em 2015 e a consequente recusa de visto do Tribunal de Contas. Por sua vez, o PSD devolve as culpas aos governos PS.

Perante o presente impasse a Infraestruturas de Portugal não avançou com a requalificação da via no Sotavento algarvio, mesmo depois da Rotas do Algarve Litoral ter anunciado em julho de 2018 que suspendia todas as atividades de operação e manutenção previstas no contrato de subconcessão para aqueles troços. Entretanto, em junho de 2019 o Tribunal de Contas chumbou definitivamente a renegociação do contrato entre o Estado e a concessionária.

A agravar a situação é o facto da concessionária exigir uma indemnização à IP no valor de 445 milhões de euros, com base, em parte, nos chamados pagamentos



Ac

3

R

contingentes e que o Tribunal de Contas não avaliza, visto não os ter visado inicialmente e, até, considerar pelo Acórdão n.º 13/2019, de 28 de maio, que essas compensações contingentes não existem, pois tratavam-se de “um conjunto de pressupostos, projeções e outros dados de natureza económico-financeira”. Considerando que os pagamentos contingentes, a existirem, serão altamente lesivos para o Estado, podendo “constituir infrações financeiras puníveis”, a decisão encontra-se agora nas mãos do Tribunal Constitucional.

Entretanto, face a este verdadeiro imbróglio, quem mais sofre são os utentes e as populações da zona Sotavento/Algarve que esperam pela requalificação definitiva da EN125, entre Olhão Nascente e Vila Real de Santo António. É inadmissível que o Algarve seja assim desconsiderado. Em vez de se verificar o reforço da coesão territorial, agravam-se as desigualdades e assimetrias regionais.

O que se impõe é o governo proceder, com urgência, ao resgate da concessão e à sua requalificação definitiva. Trata-se de uma posição também defendida, de forma consensual, por todas as Câmaras do Algarve, incluindo as Câmaras de Olhão, Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António, (conforme veiculado pela Comunidade Intermunicipal do Algarve/AMAL), pelo Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 – Sotavento e por outras entidades e cidadãos do Algarve.

Por outro lado, deve o Governo cumprir a Resolução da Assembleia da República n.º 51/2020, de 19 de junho, no âmbito da aprovação do Plano de Emergência Social e Económico para o Algarve, devido à pandemia da Covid-19, prosseguindo com «a requalificação da EN125, resgatando a concessão entre Olhão Nascente e Vila Real de Santo António, como forma de melhorar a mobilidade na zona do Sotavento».

De acordo com o exposto, a Assembleia Intermunicipal, reunida em sessão Ordinária no dia 16/12 de dezembro de 2020, delibera:

Exigir ao Governo o resgate da concessão e requalificação dos troços da EN125 compreendidos entre Olhão e Vila Real de Santo António.

Faro, 16 de dezembro de 2019.



4





Os membros da Assembleia Intermunicipal eleitos pelo Bloco de Esquerda,

Augusto Taveira

Pedro Mota



Bloco de Esquerda

 ¹
J. Duro 3

aprovada por unanimidade

Assembleia Intermunicipal
Sessão Ordinária de 2020
16 de Dezembro de 2020

Recomendação

Apoio aos empresários do Algarve no tipo de consumo de água.

Em face dos focos da epidemia Covid-19 no Algarve, foi potenciada uma grave situação social, económica e sanitária, com a imposição das medidas restritivas, com a renovação da situação de calamidade e implementação do confinamento parcial, em alguns concelhos algarvios, as micro, pequenas e médias empresas, ligadas aos mais diversos ramos de actividade económica, como a hotelaria, restauração, cabeleireiros, esteticistas, transportes, reparação automóvel, exportação e outros que tiveram que suspender as suas actividades, (redução os horários de funcionamento) provocando uma consequente falta de liquidez financeira, para honrar os seus compromissos e minimizar o desemprego.

Muitos do municípios do Algarve, por suas iniciativas já isentaram taxas aos estabelecimentos comerciais, tais como as esplanadas e outros, mas manifestamente insuficiente para quem teve grandes quebras de facturação e muitos dos estabelecimentos já se encontram encerrados ou com limitações.

- Considerando as graves dificuldades que os empresários algarvios atravessam.
- Considerando que a água é um bem escasso, esta medida deve ser por escalões conforme o seu consumo, comparado com o ano anterior.

De acordo com o exposto, a Assembleia Intermunicipal, reunida em sessão Ordinária no 16 de Dezembro de 2020, recomenda:



Que o tipo de consumo da água, das micro, pequenas e médias empresas, neste tempo de pandemia, seja alterado de consumo não-doméstico para doméstico, para aliviar a facturação as empresas da região do Algarve.

Acreditamos que no âmbito das vossas competências, possam desenvolver esta e outras intervenções possíveis para minimizar esta grave situação, que afeta muitos dos nossos concidadãos.

- Enviar esta recomendação, depois de aprovada, à Amal, aos Municípios Algarvios assim como aos meios de comunicação social.

Olhão, 16 de Dezembro de 2020.

Os membros da Assembleia Intermunicipal eleitos pelo Bloco de Esquerda,

Augusto Taveira

Pedro Mota



Doc n.º
4
P
Rejeitada

MOÇÃO

Impedir a destruição da zona húmida das Alagoas Brancas em Lagoa

Considerando que:

1. A área das Alagoas Brancas é uma zona húmida no concelho de Lagoa que faz parte de um conjunto de lagoas que deram nome à cidade e que carregam em si um valor histórico, cultural, paisagístico e identitário;
2. Estas áreas representam um elevado valor ambiental, dada a riqueza dos seus ecossistemas e da sua importância na preservação da biodiversidade e armazenamento de carbono, que contribuem para o combate às alterações climáticas;
3. Pela importância destas zonas húmidas no planeta, foram criados vários tratados internacionais com vista à sua proteção;
4. Desde fevereiro de 2017, várias associações ambientalistas e cidadãos têm vindo a manifestar-se contra a construção de um loteamento de características comerciais de grandes dimensões na zona das Alagoas Brancas, por significar a destruição de uma zona húmida de grande importância para a avifauna local e outras espécies com especial valor de conservação, sendo ainda importante refúgio para diversas aves migratórias;
5. Em 2019, a Associação Ambientalista Almargem em conjunto com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), a Universidade do Algarve (UAlg) e a Universidade de Lisboa (ULisboa), apoiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática, elaborou um estudo com vista a definir novas áreas protegidas no Algarve, determinando que a zona húmida das Alagoas



Branças: “(...) é rica em vida selvagem, nomeadamente com estatutos de conservação elevados, albergando 1% da população regional da espécie Íbis-negra, que potencialmente a classifica ao abrigo da convenção RAMSAR. (...)” e que a área “(...) engloba habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B_I do Decreto-Lei nº 49/2005 (...)”, pelo que “(...) deveria ser criado um estatuto para a conservação e gestão da área (...)”;

6. No passado mês de agosto de 2020, a Câmara Municipal de Lagoa emitiu um alvará de loteamento de características comerciais e industriais, que caso se mantenha irá destruir um ecossistema repleto de biodiversidade de inegável valor ambiental, revelando-se uma perda irreversível deste património natural.;
7. Entre 2016 e 2019, as espécies em risco de extinção em Portugal praticamente duplicaram, passando de 281 para as atuais 456, colocando-se no ranking de 4º país europeu com mais espécies ameaçadas, sendo a nível mundial o 27º país com mais espécies ameaçadas, o que nos coloca nos 15% de países com mais espécies em risco de extinção. Tendo em conta o tamanho do nosso território, é uma performance incrível, pelos piores motivos;
8. Enquanto eleitos locais, e por complementaridade desta Assembleia Intermunicipal, temos responsabilidades acrescidas que nos permitem tomar decisões que irão influenciar positivamente ou negativamente a vida das pessoas no presente, e que deixarão marcas para o futuro;
9. É de fundamental importância preservar o que resta do nosso património ambiental e que esses valores que se estendem no futuro são superiores a qualquer estratégia economicista de curto prazo.

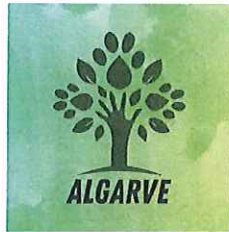
Assim, apelamos na reunião de hoje, que esta Assembleia Intermunicipal da AMAL, demonstre publicamente o seu posicionamento desfavorável à destruição da zona húmida das Alagoas Brancas apelando à Câmara Municipal de Lagoa que:



- A. Tenha em conta o estudo científico de 2019 elaborado pela Associação Ambientalista Almargem em conjunto com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), a Universidade do Algarve (UAAlg) e a Universidade de Lisboa (ULisboa);
- B. Inicie o procedimento para a suspensão e revogação do Plano de Urbanização (PU) das Alagoas Brancas;
- C. Reavalie o Plano Diretor Municipal (PDM) da zona, transformando-a em Área Protegida de Âmbito Local, impedindo a construção futura naqueles terrenos;
- D. Dê início aos processo de classificação do local como:
 - a. Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, com entrada em vigor em 1975, dada a sua relevância para a preservação da avifauna;
 - b. Zona de Proteção Especial (ZPE) e *Important Bird Area* (IBA), ao abrigo da Diretiva Aves da União Europeia de 2009, tendo em conta que é um local prioritário para a conservação de aves em perigo de extinção e biodiversidade.

Olhão, 16 de dezembro de 2020

Pelo PAN, Margarida Maurício



*afirmado por maioria
com a abstenção*

MOÇÃO

Acesso aos transportes públicos no Algarve para pessoas com mobilidade reduzida

Considerando que:

1. De acordo com a Comissão Europeia, a acessibilidade é uma questão de direitos humanos e não uma questão de discricção;
2. O artigo 71º da Constituição Portuguesa, com a redacção “Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição (...)”, garante que as pessoas com deficiência gozam de igualdade de direitos;
3. A qualidade de vida e a participação das pessoas com mobilidade reduzida na vida sociocultural e política do Algarve é negativamente afetada, por falta de acessibilidades aos transportes públicos;
4. No Algarve, nem os comboios, nem os autocarros regionais, nem os transportes marítimos, regra geral, permitem o acesso a pessoas com mobilidade reduzida:
 - a. Na CP, nenhum dos comboios regionais que circulam entre Lagos e Faro e Faro para Vila Real de Santo António, é acessível a pessoas com mobilidade reduzida;
 - b. Na EVA, a vasta maioria dos autocarros que circulam no Algarve não dispõe de acesso a pessoas em cadeiras de rodas ou outros dispositivos de mobilidade;
 - c. Nos transportes marítimos não existem boas condições de entrada nos barcos, desde logo nos pontões de acesso.
5. A inclusão é benéfica para as pessoas, para a sociedade e para os negócios: quando é facilitado o acesso para viagens a pessoas com deficiência motora, elas podem explorar, participar da vida cívica e cultural e ser um agente

Moção - Acesso aos transportes públicos no Algarve para pessoas com mobilidade reduzida

Assembleia Intermunicipal - AMAL | Reunião ordinária 16 Dezembro 2020



socio-económico ativo, contribuindo para um sentimento de inclusão e comunidades mais justas.

Então, a representação do PAN na sessão de hoje da Assembleia Intermunicipal da AMAL, vem por este meio propor:

- A. A implementação de um plano abrangente para trazer o transporte público do Algarve para o século 21, fornecendo acesso e assistência aos transportes públicos a todas as pessoas;
- B. Que as pessoas com mobilidade reduzida sejam consultadas e incluídas no processo de decisão sobre a melhoria dos sistemas de transportes no Algarve;
- C. Que naquilo que são as suas competências, a AMAL, promova a adaptação dos meios de transporte existentes para que sejam acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida;
- D. Que os contratos futuros relativos à aquisição de meios de transporte garantam condições para que as pessoas com mobilidade reduzida tenham acesso total e igual;
- E. Que a AMAL dê a conhecer publicamente quais são os planos para o Algarve no sentido de tornar os seus sistemas de transporte acessíveis e inclusivos;
- F. Que sendo aprovada, esta moção seja enviada aos Órgãos de Comunicação Social regionais, Presidente da Assembleia da República e ao Governo.

Olhão, 16 de dezembro de 2020

Pelo PAN, Margarida Maurício